

Inflação se estabiliza, prevê Ponte

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Luís Roberto Ponte, disse que o Governo não tem credibilidade para adotar nenhuma medida econômica de impacto e não possui instrumentos para reduzir a inflação, mas garantiu que os mecanismos são suficientes para impedir o recrudescimento da taxa inflacionária. O ministro não acredita que a inflação de janeiro chegue a 73,8 por cento, como vem sendo estimada pelo mercado financeiro. Para ele, o índice deve ficar próximo ao do mês passado, de 53,55 por cento.

Para essa estimativa otimista, o ministro Luís Roberto Ponte tomou por base o índice de crescimento dos preços da construção civil, setor que representa no Congresso Nacional. Informou que houve um arrefecimento na última semana de dezembro, em relação ao mes-

mo período de novembro. A taxa no Rio Grande do Sul ficou em 43 por cento, mostrando uma queda, que ele não soube informar de quanto. Em Belo Horizonte, o índice foi de 39 por cento. Isso, para ele, mostra que há uma desaceleração inflacionária. A indústria vem trabalhando com uma taxa de 60 por cento, neste mês.

Ao reconhecer que o Governo não tem condições de aplicar um novo choque na economia, devido à falta de credibilidade, o ministro disse que não basta a confiança, mas sim o apoio de toda a sociedade. Lembrou que o presidente da Argentina, Carlos Menem, chegou a ter o apoio de 94 por cento da população, mas o choque aplicado não resolveu o problema, estando agora partindo para outra experiência. Ele acha que 1990 deve ser eleito como "o ano de

combate à inflação".

O ministro criticou o comportamento dos empresários, especialmente os do setor financeiro, porque não estão contribuindo com o Governo para resolver o problema da inflação. Entretanto, elogiou os trabalhadores, porque "estão compreendendo a situação do País".

Luís Roberto Ponte defende a união nacional, mas acha que o PMDB não deve apoiar o futuro Governo, exceto as propostas que venham solucionar os problemas do País. O partido deve manter uma posição distante, para evitar o desgaste natural.

Informou que, esta semana, o presidente José Sarney deve sancionar o projeto de lei que regulamenta o seguro-desemprego, mas avisou que alguns pontos serão vetados parcialmente. Mas, garantiu, não haverá mudança estrutural.